

# [CPI do Femicídio da Alerj aprova relatório final](#)

*Documento faz 126 recomendações ao Executivo Legislativo e Judiciário*

**[\(Agência Brasil, 23/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

A CPI do Femicídio, da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), aprovou hoje (23), o relatório da deputada Zeidan Lula (PT) com 126 recomendações para os governos estadual e municipais, e, ainda, para os poderes Legislativo e Judiciário. Além das recomendações, a CPI propõe cinco projetos de lei e três indicações legislativas.

A presidente da CPI, deputada Martha Rocha (PDT), disse que os projetos de lei são bem objetivos. Um deles institui o formulário Frida, que já é usado em alguns segmentos de políticas públicas, com capacidade de identificar e diagnosticar a possibilidade do risco que sofre uma mulher e promover soluções mais rápidas. Outro pede a construção de um programa que atenda a questão da violência psicológica.

Outro projeto defende a criação de um kit vestuário para mulheres que vão fazer exames no Instituto Médico Legal (IML) depois de um caso de violência. Segundo a deputada Martha Rocha, a medida é muito importante, porque muitas das vezes as mulheres vão ao IML e nas suas roupas há presença de vestígios orgânicos que precisam ser periciados. “Essas roupas não ficam no Instituto Médico Legal por um único motivo, porque as mulheres não têm como deixar as roupas. Isso é muito simples para a estrutura do governo, mas fundamental para a coleta de material e de provas periciais”, disse.

O relatório sugere, ainda que após encerrado o trabalho no plenário com a aprovação do relatório, que haja um monitoramento das indicações legislativas. Para isso, a deputada quer um trabalho conjugado das comissões de Direitos das Mulheres, do Trabalho e dos Direitos Humanos.

“Uma das formas de enfrentar essa violência é dar autonomia econômica para essa mulher, então, a gente sugere que as mulheres vítimas de violência tenham uma cota nas empresas prestadoras de serviço. A gente sugere que as mulheres vítimas de violência possam ter uma cota em todos os programas sociais do estado e municípios. Acho que a criação dessa comissão [conjunta] é que vai monitorar a efetividade das sugestões feitas no relatório final”.

A deputada disse que as indicações legislativas são sugestões ao governador do estado, porque os parlamentares não têm atribuição para legislar sobre a matéria.

## **Comissão**

Para a relatora deputada Zeidan Lula, a criação da comissão conjunta após a aprovação pelo plenário do relatório da CPI, vai garantir um acompanhamento de todas as recomendações aos governos estadual e municipais, como também aos poderes Legislativo e Judiciário. “A gente não pode garantir nada porque os poderes são independentes, tanto o Judiciário quando o Executivo, mas uma coisa a gente tem certeza, esse relatório final vai ser distribuído para a sociedade civil. O movimento de mulheres que já atua nessa luta vai ter acesso e nós aqui

vamos acompanhar, não só como um poder fiscalizador, mas também com um diálogo, mostrando a importância que é com os dados estatísticos que a gente tem de assistência para essas mulheres”, observou.

A relatora destacou que durante o trabalho da CPI chamaram atenção os casos de violência contra mulheres trans, negaras e lésbicas. “A violência é mais absurda e marcante, muito cruel. São dados que sensibilizam os poderes para implementar as medidas e absorver as recomendações. Não dá para garantir, mas dá para fiscalizar”, disse.

## **Secretaria**

A deputada Zeidan Lula destacou ainda a sugestão de criação de uma Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres. “É possível que se tenha, já teve em alguns municípios, e não altera muito a questão estrutural de serviço público, mas cria uma demanda de política pública importante”, disse.

Zeidan acrescentou que a criação da secretaria já era uma recomendação na CPI da Violência contra a Mulher, de 2015, mas não foi atendida. Agora, ela espera que o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, aceite a sugestão. “Uma secretaria tem mais poder de execução e estrutura. Uma secretaria tem suporte maior para atuar no estado com mais eficiência implementando políticas públicas específicas para essa mulher”, ponderou.

## **Votação**

A presidente da CPI, Martha Rocha, adiantou que os projetos serão apresentados coletivamente pelos parlamentares que compuseram a CPI.

*Por Cristina Indio do Brasil*

---

# **[Nova lei do estupro no RJ possibilita abertura de investigação apenas com depoimento da vítima](#)**

*Mudança faz com que a palavra da mulher seja suficiente para a abertura de procedimento investigatório, mesmo com ausência de prova de sêmen do agressor.*

**[\(G1, 03/07/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

A lei que cria um Programa de Atenção às Vítimas de Estupro no Rio de Janeiro foi sancionada na última sexta-feira (29). A nova lei (8008/ 2018) combate a cultura do estupro e faz com que a palavra da mulher seja suficiente para a abertura de procedimento investigatório, mesmo com ausência de prova de sêmen do agressor.

Procedimento investigatório será aberto a partir de depoimento da vítima, com outras provas

sendo coletadas durante processo.

O objetivo da nova medida é dar apoio às vítimas e identificar provas periciais do crime, para produção de laudo técnico. O programa deverá ser implantado nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) e no IML (Instituto Médico Legal), em ação conjunta com os Centros Integrados de Atendimento à Mulher (CIAMs) e Centros de Referência de Atendimento à Mulher do Estado.

A lei agora estabelece alguns parâmetros a serem observados: a equipe de especialistas a apoiar a mulher vítima deve ser formada preferencialmente por outras mulheres, incluindo a presença de psicólogos. Um atendimento qualificado deverá ser prestado, evitando que a vítima desista de fazer a denúncia.

Em todas as etapas do atendimento, deverão ser respeitados a dignidade, o sigilo e a privacidade da vítima. Caso ela seja uma criança, a perita a fazer o atendimento deverá ser obrigatoriamente uma mulher.

---

## **RJ vota proibição ao ensino de ideologia de gênero nesta quinta-feira**

*Projeto está na pauta da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) em primeira discussão. Outra proposta na Casa cria programa para 'conscientização de que bater em mulher é crime'.*

**[\(G1/RJ, 24/05/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

Um projeto que proíbe a ideologia de gênero em escolas do Estado do Rio está em pauta em primeira discussão nesta quinta-feira (24) na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

*"Fica também coibida a utilização de qualquer meio pedagógico que possa conduzir a concepções ideológicas condizentes a gêneros e orientação sexual", diz o projeto.*

O projeto foi apresentado por Milton Rangel (DEM), atualmente sem mandato. Ele foi suplente de Christino Áureo, enquanto este estava na secretaria de Governo de Luiz Fernando Pezão (MDB).

Os co-autores são Samuel Malafaia (DEM), Dr Deodalto (DEM), Flavio Bolsonaro (PSL), Filipe Soares (DEM), Carlos Macedo (PRB), Tia Ju (PRB) e Edson Albertassi (MDB). O último também está afastado do mandato porque foi preso na Operação Cadeia Velha.

*"A educação tem que prezar pelo princípio da neutralidade política e ideológica, diante de crianças e adolescentes em fase de formação e informação intelectual", diz o texto do projeto.*

## **‘Conscientização de que bater em mulher é crime’**

Outro projeto na pauta da Alerj nesta quinta prevê um programa socioeducativo de prevenção e conscientização de homens agressores.

A proposta fala em difundir campanha com orientações básicas “no tocante a agredir, injuriar, caluniar, difamar, manter relação sexual com mulher sem o consentimento da mesma, destruir seus documentos e mantê-la em cárcere privado, no âmbito familiar à margem da lei”.

O projeto é assinado por Filipe Soares (DEM). Ele pede que sejam espalhados cartazes com informações de grupos terapêuticos para o “homem portador do distúrbio agressor”.

A Delegacia Especial de Atendimento a Mulher, a PM e o Corpo de Bombeiros deveriam trabalhar em conjunto para a efetivação do programa.

“A DEAM - Delegacia Especial de Atendimento à Mulher atende mulheres vítimas de violência doméstica, podendo perceber que durante todos esses anos de bons serviços, nunca se configurou uma política pública de prevenção e ajuda a homens agressores, somente trabalhos pontuais e isolados de ONGs”, defende o autor.

Soares argumenta que o agressor só é tratado depois de ser julgado ou receber alguma punição. Ele aposta que o programa reduziria o número de casos de violência doméstica.

“Este homem, na maioria das vezes, é criado dentro de uma cultura de que ‘bater em mulher é normal’, pois esta foi sua realidade durante toda a vida”, conclui.

*Por Gabriel Barreira, G1 Rio*

---

## **Em iniciativa inédita no Brasil, pessoas trans lançam Frente Ampla Suprapartidária e Trans de Esquerda**

Foi lançada, nesta terça-feira (30/1), uma Frente Ampla Suprapartidária e Trans de Esquerda. O evento foi realizado na CAARJ e contou com um debate com “Ser trans na política”, parte da programação do Dia da Visibilidade Trans, comemorado em 29 de janeiro.

Participaram as pré-candidatas Professora Jaqueline de Jesus (deputada estadual - PV) e Indianare Siqueira (deputada federal - PSOL). Também estiveram presentes as lideranças

políticas Bárbara Aires (PSOL) e Giowana Cambrone (REDE).

Durante o lançamento da Frente, elas assinaram um documento de compromisso de ajuda mútua, solidariedade e sororidade. “Nós entendemos que, para além das diferenças partidárias ou de nuances ideológicas, como pessoas trans, temos o imperativo ético de lutarmos de forma conjunta e associada, dentro de uma disputa acirrada e hegemônica por machistas, oligarcas e conservadores. Sem esse espírito de unidade, seremos mais uma vez derrotadas pelas forças do retrocesso que se encontram alojadas em diversos partidos políticos”, diz trecho do documento.

Nas eleições de 2016, Indianare Siqueira conquistou a vaga de quarta vereadora suplente do PSOL Carioca com 6.166 votos, uma das poucas pessoas trans do processo eleitoral municipal. Para 2018, a Frente pretende ampliar o número de candidaturas trans.

“Nosso intuito também é combater o esfacelamento da esquerda, mostrando que união ainda é possível. Enquanto transvestigêneros, queremos mostrar que estamos juntas e nós não disputaremos entre nós. Queremos levar o máximo de pessoas trans para as instâncias estadual e federal”, afirmou Indianare, destacando que entre as suas propostas para sua pré-candidatura está o combate às reformas trabalhista e previdenciária.

A professora Jaqueline de Jesus, pré-candidata à deputada estadual (PV-RJ) explicou que a criação dessa Frente é resultado da discussão de mulheres trans e travestis que têm participado ativamente das políticas públicas, sociais e partidárias. “Construímos, desde o ano passado, essa ideia coletivamente, que se consolidou agora nesse lançamento. Que sejamos representadas por nós mesmas, para além da ideia de que pessoas cis podem nos representar apenas. É um movimento de cidadania, demonstrando que podemos ocupar esse espaço, falando sobre nós e sobre o mundo, representando também toda a sociedade e promovendo o direito de todos e todas”, disse Jaqueline que irá disputar pela primeira vez uma cadeira na Alerj.

Dentre os objetivos da Frente estão: a defesa da causa das pessoas trans; o enfrentamento à transfobia e à LGBTfobia em geral; a garantia de a visibilidade de pessoas trans nos debates políticos; a luta por espaços institucionais dentro da atual democracia para que as vozes e demandas de travestis e transexuais sejam ouvidas, respeitadas e efetivadas pela sociedade.

Esta é a primeira vez que uma iniciativa de unidade entre pessoas trans se consolida Brasil. “Para além de partido, as vivências trans são muito parecidas, como a dificuldade de empregabilidade, o não reconhecimento da pessoa humana, vistas como fetiche, objeto. Temos perspectivas de candidatas pelo PSOL, REDE e PV e esta é a primeira vez de um acordo nesse sentido e até o momento não temos conhecimento desse tipo de iniciativa no Brasil”, destacou Bárbara Aires, que é liderança trans e assessora parlamentar com intenções político-eleitorais.

Giwana Cambrone, advogada, professora universitária e primeira mulher transexual a integrar a Executiva Nacional de um partido no país, acredita que a união estabelecida é uma estratégia importante para a participação democrática no processo eleitoral de uma minoria tão estigmatizada e vulnerabilizada. “Trata-se de um momento que, para além das questões trans, pessoas trans se colocam a serviço do coletivo para discutir políticas públicas, processo legislativo de forma universalizante - para todos os cidadãos”, concluiu.

*Por Camila Marins, jornalista.*

---

# [Lei que proíbe propaganda sexista no Rio prevê multa de até R\\$ 1,3 milhão](#)

*Cidadãos poderão denunciar anúncios para secretaria da Alerj*

**[\(O Globo, 10/01/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

As companhias que veicularem campanhas publicitárias de conteúdo misógino e sexista ou que estimularem a violência contra a mulher de qualquer outra forma poderão ser multadas, de acordo com uma lei publicada no Diário Oficial do Poder Executivo nesta quarta-feira. O projeto foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) no ano passado e sancionada pelo governador Luiz Fernando Pezão (PMDB).

A proposta da bancada feminina da Alerj prevê ainda a suspensão da divulgação das peças publicitárias em questão, com base na Lei 7.835, de 2018. Em vigor a partir desta quarta-feira, a nova legislação ordena a retirada “do ar de toda e qualquer veiculação publicitária misógina, sexista ou estimuladora de agressão e violência sexual, no âmbito do Rio”. Os valores das sanções, que variam conforme o tipo de veículo de mídia explorado, podem ser somados caso a empresa contrate mais de uma plataforma para o anúncio.

Incluem-se na fiscalização imagens, frases, áudios, outdoor, folhetos e cartazes de exposição, divulgação e estímulo ao estupro, à violência física, à misoginia e ao sexismo.

Se a campanha publicitária sexista for veiculada em meios impressos, como jornais e cartazes, a multa será de 10 mil UFIRs-RJ, o que corresponde a cerca de R\$ 32 mil. Em rádios, o valor sobe para aproximadamente R\$ 160 mil e na televisão, rodeia R\$ 320 mil. Mas se as peças misóginas estiverem nas redes sociais, a sanção fica por volta de R\$ 640 mil — isto é, até 200 mil UFIRs-RJ. Além disso, se a empresa for reincidente, pode pagar o dobro: quase R\$ 1,3 milhão.

## **CIDADÃO PODE DENUNCIAR**

Conforme o texto, as pessoas poderão denunciar a propaganda para a Secretaria de Estado de Direitos Humanos para Mulheres e Idosos, que montará uma comissão fiscalizadora para apurar a denúncia. O prazo de análise será de 60 dias. Pessoas jurídicas também poderão entrar com petição no órgão. Caso seja sancionada, a empresa pagará a multa equivalente, revertida ao Fundo Especial dos Direitos da Mulher.

Segundo a Alerj, a lei é coassinada por 39 deputados estaduais — são 70 no plenário. Por meio da assessoria da assembleia, a parlamentar e presidente da Comissão de Defesa do Direito da Mulher da Alerj, Enfermeira Rejane (PCdoB), ressaltou a importância de criar ferramentas de combate ao machismo.

“É muito comum vermos na mídia empresas utilizando o corpo da mulher para vender seus produtos. Usam de forma sexista, menosprezando a mulher. Esse projeto visa a combater essa prática apurando e educando”, explicou a deputada.

## **RJ poderá ter lei específica para garantir apoio a crianças com microcefalia**

*No Rio de Janeiro, onde desde 2015 foram registrados mais de mil casos de bebês com microcefalia, deputados estaduais, familiares, especialistas e representantes de órgãos públicos criaram um grupo de trabalho para formular uma lei que possa garantir o tratamento e o apoio às crianças com a doença. As famílias relatam que, em algumas cidades, encontram dificuldade no acesso ao tratamento.*

*(Agência Brasil, 10/10/2017 - [acesse aqui](#))*

A criação do grupo foi anunciado hoje (10) durante audiência pública para discutir o tema na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). A primeira reunião será amanhã (11), no Instituto Fernandes Figueira (IFF), vinculado à Fundação Oswaldo Cruz. De acordo com o presidente da Comissão da Pessoa com Deficiência, Márcio Pacheco (PSC), o principal objetivo será fundamentar, do ponto de vista científico e metodológico, um projeto de lei que possa apoiar famílias e crianças.

A microcefalia é uma condição que acarreta em uma série de problemas neurológicos e sua principal característica é o tamanho menor da cabeça dos bebês. Os números de casos no país tiveram um aumento significativo desde 2015, quando houve uma epidemia do vírus Zika, causador da doença em bebês nos casos em que a mãe é infectada ainda durante a gravidez.

Mãe de Miguel Ângelo, hoje com 1 ano, Thamires Silva precisou abandonar a faculdade de enfermagem depois que o filho foi diagnosticado. Ela relata que não consegue continuar o tratamento em postos de saúde e clínicas da família perto de sua casa, em Belford Roxo, na Baixada Fluminense. A solução tem sido de deslocar frequentemente à capital. “A microcefalia de Miguel foi diagnosticada no nascimento. Não tive atendimento, não tive acompanhamento nenhum, nem encaminhamento para hospitais de referência [à época do parto]”, conta.

Além da dificuldade de locomoção para a cidade do Rio, ela reclama que as unidades básicas alegam não saber lidar com crianças que nasceram com essa condição. “Não é só uma cabeça pequena, é uma violação de direitos diária nas áreas de saúde e educação”, completa.

Moradora da Taquara, bairro da zona oeste da capital, Vivian Barros tem um filho de 1 ano com a doença. Ela gasta três horas para ir e vir do IFF, na zona sul. A unidade é a única de referência em todo o estado. “Eu estive na UPA [Unidade de Pronto Atendimento] e a médica disse que não tinha condições de atender meu filho, com gastroenterite, naquele lugar em razão da microcefalia”, conta. Ela também diz que não encontrou ainda um posto perto de casa, com pediatra, para aplicar vacinas obrigatórias no menino.

### **Prevenção e tratamento**

Na avaliação dos especialistas, os governos priorizaram o investimento no combate ao mosquito transmissor do vírus Zika, aquisição de testes e desenvolvimento de vacinas para evitar a infecção. No entanto, o atendimento às crianças foi relegado.

“A epidemia acabou, mas essas crianças ainda estão aqui”, criticou a médica e pesquisadora do IFF, Maria Elisabeth Moreira. Ela defende que seja feito agora o investimento no desenvolvimento das crianças. “Principalmente, na questão da estimulação”, disse. Para a médica, o projeto de lei em discussão na Alerj precisa pensar os centros de referência e as unidades básicas de saúde trabalhando juntas.

A coordenadora da pediatria do Instituto do Cérebro, da rede estadual, Fernanda Fialho, reconheceu que há problemas de atendimento e explicou a falta de alguns tipos de remédios. Medicamentos anticonvulsivos deveriam ser oferecidos pela Secretaria Estadual de Saúde, que não consegue comprá-los em razão da grave crise econômico que o Rio de Janeiro.

“A secretaria está na luta, tem aberto processo de licitação, mas as empresas não se candidatam com medo de o estado não pagar a dívida, dar o calote”.

Segundo o deputado Márcio Pacheco, o grupo de trabalho criado hoje poderá elaborar uma política pública completa. “Estabelecerá uma política voltada para o diagnóstico, tratamento e acompanhamento. Além de medidas na educação”, disse.

Uma das medidas que deve ser incluída no projeto de lei é a obrigatoriedade de cada um dos 92 municípios fluminenses terem representantes para monitorar e acompanhar o tratamento das crianças, os chamados “pontos focais”. Apenas 60 municípios contam com essas equipes.

*Por Isabela Vieira, repórter da Agência Brasil  
Colaborou Joana Moscatelli, do Radiojornalismo*

---

## [O que sabemos sobre a investigação do estupro coletivo de uma menina de 12 anos no Rio de Janeiro](#)

### **Um ano depois, o mesmo crime.**

Na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, uma **menina de 12 anos** foi vítima de um estupro coletivo. A investigação ainda não tem detalhes sobre quais eram as circunstâncias do crime que, assim como o caso da jovem de 16 anos que foi estuprada coletivamente no ano passado, foi registrado em um vídeo e divulgado na internet.

[\(HuffPost Brasil, 07/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Segundo a polícia, **pelo menos cinco rapazes** aparecem nus nas imagens. A vítima tenta se esconder atrás de uma almofada e grita pedindo para que o estupro pare, mas os homens



continuam com as agressões. As frases acima compõe o vídeo.



AFP/GETTY IMAGES

*Uma das mulheres da ONG Sou da Paz posa ao lado de exibição da organização para expor e combater a violência contra a mulher. Imagens foram tiradas em 2016, após o estupro coletivo de uma jovem de 16 anos no Rio.*

*“Cala a boca. Vão ficar ouvindo a sua voz e vão saber que é tu”.*

*“Tapa o rosto da novinha”.*

A denúncia foi feita na última sexta-feira (5) por uma tia da menina e está sendo investigado pela delegada Juliana Emerique, titular da Delegacia da Criança e do Adolescente Vitima (Dcav). A investigação ainda não sabe quais eram as circunstâncias do encontro entre a jovem e os rapazes, mas é conhecido que o crime aconteceu no último domingo (30).

Segundo o jornal Extra, do Rio, a investigação pretende **não divulgar** detalhes da localização da adolescente para protegê-la. Informações preliminares dão conta de que a menina só conhecia um dos rapazes envolvidos. A delegada informou ao jornal que vai averiguar ainda quem são as pessoas nas imagens e se são maiores de idade.



FP/GETTY IMAGES

“É muito importante que quem conhecer essa história denuncie os autores. As imagens mostram que há crime. Ela tem 12 anos, o que já é estupro de vulnerável. Além disso, as imagens deixam claro que não foi consentido”, disse Emerique.

Quem souber de mais detalhes ou informações complementares sobre o caso pode levar à delegacia do Rio de Janeiro pelo número de telefone 100 ou pelo Disque-Denúncia 2253-1177.

A delegada afirmou ao G1 que há uma “gama de crimes” neste caso, **que vão além do estupro de vulnerável**. Há também a divulgação das imagens e a armazenagem dessas cenas. Para a delegada, o fato de envolver uma menina de 12 anos configura estupro **mesmo que a situação ocorresse com o consentimento da vítima**.

As penas de estupro de vulneráveis vão de 8 a 15 anos de prisão. Os criminosos, que vão responder por estupro de vulnerável, deverão ser incluídos no artigo 240 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que pune quem filma e reproduz cena de sexo envolvendo crianças ou adolescentes.

“É um crime abominável, muito grave, que demanda uma ação imediata. Equipes da Dcav estão na rua para tentar identificar principalmente o local e os personagens envolvidos. Não só aqueles que praticaram o ato, mas todos aqueles que estejam difundindo as imagens pela internet”, disse a delegada, segundo o Estadão.

Quem divulgou ou compartilhou as imagens do crime pode responder por divulgação de material pornográfico envolvendo menores. Segundo o ECA, a pena vai de 3 a 6 anos de reclusão. Mas não é apenas divulgar. O ato de portar o vídeo no telefone celular ou em qualquer outro dispositivo também é crime com pena de 1 a 4 anos de reclusão.

Neste sábado (6), a Polícia Civil do Rio de Janeiro encaminhou um ofício ao Facebook para que

seja retirada da rede social o vídeo divulgado com o crime. A menina deve prestar depoimento e ser encaminhada para exames nesta segunda-feira (8).

## Um ano depois, a mesma violência



R

ICARDO MORAES / REUTERS

Em maio de 2016, uma jovem de 16 anos foi estuprada coletivamente na Comunidade na Barão, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Um vídeo que mostrava a vítima desacordada foi gravado pelos criminosos e divulgado nas redes sociais. O crime, e a forma como foi divulgado pelos próprios estupradores gerou revolta e mais de 800 denúncias foram feitas ao Ministério Público do Rio.

Inicialmente, havia suspeita de que a vítima, havia sido abusada sexualmente por mais de 30 homens. Com a investigação, três pessoas acabaram formalmente acusados pelo crime e foram condenados a 15 anos de prisão em regime fechado. Dois dos acusados seguem presos e o terceiro envolvido está foragido da Justiça. A adolescente acabou sendo incluída no programa de proteção do governo.

A titular da Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima do Rio de Janeiro, Cristiana Bento, que assumiu a investigação do caso, à época, disse que a vítima foi violentada duas vezes: pelo estupro e pela sociedade.

“Ela é vítima dos autores daquele ato de violência e da sociedade, que subtraiu dela os valores morais, sociais”, disse a delegada em audiência sobre cultura do estupro na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

Mulheres são violentadas a cada onze minutos no Brasil. Esta foi a conclusão do Fórum

Brasileiro de Segurança Pública divulgado em 2015. Até o ano de 2009, o estupro era considerado crime contra a honra. E ainda hoje o estupro é um dos crimes menos notificados do Brasil.

Cerca de 50 mil casos de estupro são registrados anualmente no Brasil e estima-se que isso representa **apenas 10% da quantidade dos casos**. A pessoa que é violentada, a maioria das vezes, deixa de denunciar com medo de retaliações, com vergonha de se expor, e até mesmo com receio de serem culpadas ou expostas pela violência sofrida.

## A violência contra meninas



ESLEI MARCELINO / REUTERS

Andreia M., de 23 anos, foi abusada pelo pai de uma amiga aos oito anos de idade, enquanto estudava, e escondeu o que aconteceu por vergonha e culpa. Patrícia D., de 28 anos, foi estuprada aos 16 anos por um desconhecido e, mais tarde descobriu que estava grávida. Maria C, de 32 anos, sofreu uma tentativa de estupro pelo próprio avô, aos 12 anos. Estas são só algumas das histórias que ilustram o tipo de violência sexual que milhares de meninas sofrem pelo Brasil e, em sua maioria, em silêncio. Estima-se que apenas 10% dos casos de estupro sejam notificados no País.

“A violência contra mulher começa na infância. Isso não tem como negar”, disse Viviana Santiago, especialista em gênero da ONG Plan Internacional, em entrevista ao HuffPost Brasil. “A sociedade é tão machista, que culpa uma menina como mulher por um abuso. Como se o consentimento fosse algo possível para uma criança seis e dez anos de idade, por exemplo”, completa.

Apenas por ser do sexo feminino, milhares de meninas estão sujeitas à violência e o agressor, na maioria das vezes, está dentro de casa. Elas são 94% das vítimas de estupro no Brasil, segundo dados do Ipea.

---

## **Casa da Mulher Trabalhadora lança dossiê que detalha retrocessos contra mulheres**

Mesmo sem saber, você já deve ter conhecido alguma mulher que tenha feito um aborto. De acordo a Pesquisa Nacional do Aborto, pelo menos, uma em cada cinco mulheres aos 40 anos já fez um aborto no Brasil. Isso quer dizer que 4,7 milhões de mulheres abortaram no país até o ano passado. Ainda que seja prática comum, o aborto é crime, a não ser em casos de estupro, risco de vida para a mulher e malformação do feto.

[\(Brasil de Fato, 05/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Nos últimos tempos, deputados federais, estaduais e vereadores conservadores têm trabalhado para criar leis que trazem penalidades maiores às mulheres que decidem fazer abortos clandestinos. Segundo o Dossiê Retrocessos em Tramitação, produzido pela ONG Casa da Mulher Trabalhadora (CAMTRA), existem pelo menos 15 projetos federais e três no estado do Rio de Janeiro com proposta de retirada de direitos sexuais reprodutivos.

Em entrevista ao Brasil de Fato, Vanessa Barroso, redatora do dossiê, ressalta que o documento serve de instrumento para que a população acompanhe o que está acontecendo nas casas legislativas e consiga se posicionar. “Agora os projetos de reforma da Previdência e reforma trabalhista estão sendo tratados em regime de urgência, mas não podemos nos esquecer que os outros projetos de retiradas de direitos estão lá e podem entrar em votação a qualquer momento”, explica.



*O documento serve de instrumento para que a população acompanhe o que está acontecendo nas casas legislativas e consiga se posicionar / Divulgação*

### **Brasil de Fato: Quais são os principais retrocessos propostos pelos parlamentares brasileiros que vocês notaram ao formular o dossiê?**

**Vanessa Barroso:** O Estatuto do Nascituro é o maior deles. Ele foi apresentado em 2007, mas teve pedido de urgência pela Frente Parlamentar Evangélica, no final do ano passado, após o Supremo Tribunal Federal (STF) ter se posicionado pela descriminalização do aborto ao julgar um caso específico, que aconteceu no Baixada Fluminense. O Estatuto apresenta uma série de retrocessos e retirada de direitos que hoje são garantidos por lei, como o aborto em casos em casos de estupro, risco de vida para a mulher e malformação do feto.

O projeto ainda visa criar a “bolsa-estupro”, onde o Estado torna-se legitimador da violência sexual contra as mulheres, dando “direitos” de pai a estupradores e exigindo que paguem pensão alimentícia. E, ainda, obriga a mulher a denunciar o crime.

### **Foi colocado em regime de urgência no ano passado, mas ainda não foi votado?**

Não, por conta do cenário de votação da reforma da Previdência e reforma trabalhista. Mas pode voltar ao plenário a qualquer momento. Além do estatuto, o presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM) pediu a instalação de uma comissão especial para inserir na Constituição um dispositivo sobre a proteção da vida desde a concepção, em qualquer circunstância. A comissão especial, na realidade, seria formada para tratar sobre uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), parada desde 2013 e retomada às pressas após decisão do STF, que estende a licença maternidade em caso de nascimento prematuro à quantidade de dias que o recém-nascido passar internado. Mas esse é apenas um pretexto para modificar o conteúdo do projeto e incluir texto que considere o aborto crime em qualquer circunstância.

## **Além dessas propostas em âmbito federal, como estão os projetos na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj)?**

Em 2017, os projetos na Alerj que ferem esses nossos direitos estão relativamente estacionados, apesar de muitos parlamentares fluminenses estarem mexendo seus pauzinhos no Congresso Nacional. Mas nos últimos anos tivemos vários exemplos, a “CPI do aborto” é um deles. Ela pretendia exigir notificação à polícia toda vez que uma mulher fosse internada em situação de aborto, fosse espontâneo ou não. A CPI foi arquivada por conta da luta das mulheres. É muito importante para continuar a luta, entender o que está acontecendo nas casas parlamentares, para tentar frear o avanço dos retrocessos aos nossos direitos.

## **No Brasil hoje existem mais propostas para criminalizar a mulher e o aborto do que leis que criem condições de tratar a questão como assunto de saúde pública. Por quê?**

Acreditamos que isso tem a ver com a configuração do Congresso Nacional, da Alerj e da Câmara dos Vereadores que é muito conservadora. Estamos vendo o fortalecimento das bancadas fundamentalistas, que trabalham contra direitos sexuais reprodutivos e querem colocar a mulher em um estereótipo de mãe e dona de casa que não toma as suas próprias decisões. Essa é uma forma de controlar os nossos corpos. O pouco que conquistamos ao longo da história, estão querendo nos tirar.

## **Mesmo que na lei seja garantido o aborto para alguns casos, na prática, muitas mulheres não conseguem realizar, muitas vezes, por negligência do Estado...**

Existe um projeto de lei da vereadora Marielle Santos (Psol), no Rio, que tenta garantir justamente que a lei funcione na prática. O projeto busca efetivar esse direito através do acolhimento e orientação às mulheres, garantindo o atendimento livre de discriminação por qualquer motivo. Nossa expectativa é que seja aprovado, apesar da Câmara do Rio ter uma configuração muito conservadora, em que vereadores querem transpor seus dogmas religiosos para a política, ignorando o Estado Laico. Há uma pressão grande do movimento feminista para que esse projeto seja aprovado. Esperamos que em breve seja colocado em pauta.

## **Quais os próximos passos da CAMTRA, após a formulação do dossiê?**

O dossiê é um instrumento para que a população saiba o que está acontecendo nas casas legislativas e possa se organizar para se opor ao conservadorismo. Pretendemos fazer ainda um trabalho de formação política com jovens e mulheres, a partir desse material. Além disso, queremos construir um observatório de políticas públicas, para que estejamos sempre alertas. A ideia é continuar o trabalho de acompanhamento desses projetos legislativos, usando o dossiê como uma ferramenta mesmo.

*Edição: Vivian Virissimo*

---

## [Projeto que ensina Lei Maria da Penha nas escolas gera polêmica na Alerj](#)

**(Extra, 20/07/2016)** A Assembleia Legislativa do Rio aprovou, nesta quarta-feira (20), o projeto que cria o programa “Lei Maria da Penha vai à escola”.

A proposta do deputado Carlos Minc (sem partido) tem como objetivo levar noções básicas de enfrentamento à violência contra a mulher para a rede estadual.

**Leia mais:** [Noções da Lei Maria da Penha deverão ser ensinadas nas escolas \(Extra, 20/07/2016\)](#)

O que parecia ser um projeto de fácil aprovação virou alvo de polêmica para a bancada evangélica.

Os deputados Carlos Macedo (PRB), Márcio Pacheco (PSC), Filipe Soares (DEM), Flávio Bolsonaro (PSC) e Samuel Malafaia (DEM) não gostaram que o texto usou o termo “ideologia de gênero”.

Tia Ju (PRB) quase foi na onda, mas voltou atrás e aprovou o projeto.

*Marina Navarro Lins*

Acesse no site de origem: [Projeto que ensina Lei Maria da Penha nas escolas gera polêmica na Alerj \(Extra, 20/07/2016\)](#)

---

## [Delegada afirma que tentaram desqualificar vítima de estupro coletivo](#)

**(O Globo, 06/06/2016)** *Cristina Bento participou de audiência pública na Alerj*

Ao voltar a afirmar nesta segunda-feira, durante audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), que uma adolescente de 16 anos foi vítima de estupro coletivo na Zona Oeste no fim de maio, a delegada Cristiana Bento, titular da Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima (Decav), responsável pelas investigações do caso, revelou que a partir da grande repercussão do crime inúmeras pessoas tentaram, por meio de postagens na Internet, desqualificar a denúncia.

— Estavam colocando vídeos nas redes sociais. As pessoas estavam dizendo isso e aquilo. Ela foi vítima duas vezes. Foi vítima do estupro e também foi vítima da sociedade. Ela foi



negligenciada pelo estado. Negligenciada moralmente e socialmente. Eu acho muito importante dizer que nossa investigação está trazendo mais dignidade para essa jovem, porque ninguém merece ser estuprada. Ela é uma adolescente em fase de desenvolvimento. É responsabilidade de todos o desenvolvimento dessa adolescente — afirmou a delegada.

Cristiana Bento garantiu que todos os envolvidos estão sendo identificados.

— A gente está identificando os autores com prova material. Provas robustas. Para quando eles forem denunciados, eles sejam condenados e recebam uma pena exemplar — disse a delegada.

A delegada disse que a perícia no celular de Raí de Souza, de 22 anos, não deve ser concluída nesta segunda, pois há muito material armazenado no aparelho, inclusive fotos e vídeos que relacionam o rapaz ao crime de tráfico de drogas. O material será encaminhado para a delegacia de Combate às Drogas (Dcod).

## **Publicidade**

— Estamos tendo muito cuidado nessa investigação. Estamos atuando com toda imparcialidade — contou Cristiana Bento.

Participaram da audiência deputados federais, estaduais e representantes da promotoria de Justiça, Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente da Defensoria Pública, Comissão de Direitos da Criança e do Adolescente da OAB, além de organizações não governamentais e representantes da sociedade civil ligados ao tema. O delegado de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI), Alessandro Thiers, afastado da investigação do caso também foi convidado, mas não compareceu. A audiência foi promovida pelas comissões da Mulher, Direitos Humanos, Segurança e da Criança, Adolescente e Idoso da Alerj.

*Por Antonio Werneck*

Acesse em pdf: [Delegada afirma que tentaram desqualificar vítima de estupro coletivo \(O Globo - 06/06/2016\)](#)